



DECRETO Nº 12.114

Outorga Permissão a Título Precário para a prestação de serviço público de recolhimento, deslocamento, remoção e operação de guarda e depósito de veículos e/ou "Containers" no Município de Porto Alegre.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 94, inc. II, e 130 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:


Art. 1º - É outorgada, a título precário à Empresa Embrasis Comércio de Veículos e Serviços Ltda. a permissão para a prestação de serviço público de recolhimento, deslocamento, remoção e operação de guarda e depósito de veículos e/ou "Containers" no Município de Porto Alegre.

Art. 2º - Os direitos e as obrigações decorrentes desta Permissão regem-se pelas disposições contidas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.987/95 e suas respectivas alterações, parte não revogada da Lei nº 876/74 e demais determinações do Edital de Concorrência Pública nº 01.050046.97.7/98 - SMT e no Termo de Permissão a ser firmado entre o Município e a Empresa Permissionária.

Parágrafo único - Devido ao número e tipo de exigências de imóvel(eis) e equipamentos e para a execução do objeto desta Permissão, a mesma terá caráter de exclusividade no perímetro do Município de Porto Alegre, sendo que a Permitente, durante a vigência desta e em razão de sua operação de polícia do trânsito, somente poderá utilizar os serviços da Empresa Permissionária.

Art. 3º - Pela execução dos serviços permitidos são fixadas as seguintes tarifas:

a) Tarifa de Rebocamento: R\$ 17,00 (dezesete reais);



PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	PLE	PLL	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG.	FONTE	DATA	PAG.				
DOPA	6-10-98	02							NIR

PROCESSO Nº 1.050046.97.7



.....

2

b) Tarifa de Estadia Diária: R\$ 2,44, (dois reais e quarenta e quatro centavos).

§ 1º - O pagamento dos valores referentes a prestação dos serviços será realizado diretamente pelos infratores/proprietários e/ou responsáveis à Permissionária.

§ 2º - As estadias diárias serão cobradas do proprietário/responsável legal e/ou infrator do veículo de acordo com o número de diárias que o(s) veículo(s) e/ou "container(s)" recolhido(s) no depósito da Permissionária sob sua guarda.

Art. 4º - Durante os primeiros doze meses do prazo de vigência desta Permissão não haverá revisão tarifária, após este período os valores das tarifas serão revisadas de acordo com a variação comprovada dos mesmos.

Parágrafo único - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

Art. 6º - O prazo de vigência e de execução dos serviços objeto da Permissão será de 24 meses consecutivos a partir da Ordem de Início, renováveis por igual período por uma única vez, ocasião na qual a Permitente e a Permissionária irão firmar Termo Aditivo ao Termo de Permissão firmado.

Art. 7º - A Empresa Permissionária deverá manter e garantir durante a prestação dos serviços objeto da Permissão, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, em sua prestação de acordo com o previsto na legislação, especificações técnicas e demais determinações constantes da licitação.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

.....

3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 28 de
setembro de 1998.**



**José Fortunati,
Prefeito em exercício.**

**Luiz Carlos Bertotto,
Secretário Municipal dos Transportes.**

Registre-se e publique-se.



**Elaine Paz,
Secretária do Governo Municipal,
respondendo.**